

## Comentários

Ana Claudia Patitucci,<sup>1</sup> São Paulo

A crise social, política e sanitária que vivemos nos últimos anos, marcou profundamente nossa sociedade, intensificou as incertezas e apresentou problemáticas de toda ordem, que não podem ser ignoradas. E a psicanálise não é, evidentemente, alheia a essas problemáticas na medida em que interroga e é interrogada pela cultura em que se insere. E é nesse sentido que o artigo de Renata Arouca e Daniel Kupermann, *Sobre a institucionalização da psicanálise no Brasil contemporâneo*, me parece importante. Ao mapear a diversidade dos processos institucionais e dos coletivos independentes que estão presentes em nosso campo, os autores nos trazem um retrato da atualidade político-institucional e levantam questões pertinentes para refletirmos sobre o rumo que pode tomar a institucionalização da psicanálise em nosso país. O ponto de partida do debate está nas dezenas de cursos de graduação ou bacharelado que devem trazer, em breve, milhares de alunos recém-formados em psicanálise para o mercado de trabalho, como vemos na tabela que acompanha o artigo. E isso é só o começo, dado que, a cada ano, desde que o primeiro curso foi lançado em 2021, o número de ofertas dessas graduações não para de aumentar. Trata-se de uma situação inédita na história da psicanálise praticada no Brasil.

Diante desse cenário, os autores chamam nossa atenção sobre a necessidade de refletirmos sobre aquilo que é específico da psicanálise brasileira, levando em conta não só o tripé que forma o arcabouço da formação de psicanalistas, como também o contexto histórico-social de nossa cultura.

A questão em torno do tripé encontrou ressonância na inquietação que me acompanha desde que os cursos de bacharelado em psicanálise surgiram, quando passei a me perguntar sobre a especificidade de nossa formação. Isso porque, dentre outros fatores suspeitos, esses cursos se apropriaram da noção do tripé. Em cima dele, construíram seus currículos e, por meio dele,

1 Psicanalista. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Representante do Departamento de Psicanálise no Movimento Articulação. Doutora pela PUC-SP.

veiculam a propaganda de seriedade e rigor para os possíveis alunos, garantindo que ao final sairão psicanalistas formados.

A relevância de se pensar na especificidade de nosso campo se relaciona também, conforme entrevemos no artigo, com as possíveis consequências que se desdobrarão, principalmente e talvez mais em breve do que gostaríamos, sobre dois eixos que são interligados: a formação e a regulamentação da prática psicanalítica. A relação entre esses dois lados remonta ao início da psicanálise.

A discussão em torno da formação ganhou terreno em 1924, quando Freud foi chamado por um conselheiro da saúde vienense a fazer um parecer sobre a prática de analistas não médicos. Essa solicitação ocorreu em função da acusação de charlatanismo que pesou sobre Theodor Reik, por este não possuir diploma em medicina para a prática clínica. A partir desse incidente, Freud publicou, então, em 1926, aquele que se tornou o seu texto cânone sobre a formação do analista, no qual ele defendeu a análise leiga, um princípio vigente até nossos dias. Além da importância de se posicionar frente aos órgãos oficiais que estavam envolvidos no processo de acusação, o ensaio freudiano foi uma resposta à divergência que acontecia no interior do movimento psicanalítico, o qual se encontrava dividido sobre o tema da análise leiga. Os representantes máximos da posição contrária à de Freud eram os americanos que, alegando vários erros de colegas não médicos, reivindicavam, com a anuência de analistas como Ernest Jones, a necessidade do diploma da medicina para se exercer a clínica psicanalítica. Com efeito, uma lei promulgada no estado de Nova York, no mesmo ano de 1926, proibiu a prática clínica aos não médicos.

Freud alertou aos seus colegas sobre a tentativa inapropriada do poder público de regulamentar o exercício da psicanálise, pois, dada a natureza da prática clínica, exercida no campo da transferência, e da delicadeza de sua técnica, a proibição de seu exercício por não médicos não garantiria o rigor de sua prática. Não só não garantiria como poderia ferir a prática clínica, engessando-a em regras que não lhe seriam inerentes. Freud delineou como esta seria definida dentro do próprio campo psicanalítico, a partir da experiência daqueles que exerciam a psicanálise e nas instituições que, na época, já se ocupavam da formação para analistas. E reafirmou, no “Posfácio a ‘A questão da análise leiga’”, de 1927, a origem da psicanálise na prática clínica, em uma “associação entre curar e pesquisar”: “Só quando praticamos o

cuidado analítico da alma aprofundamos nossa incipiente compreensão da vida anímica do ser humano.” (Freud, 1927/2023, p, 298)

Daqui saíram, portanto, os norteadores desta prática singular, que se realiza com uma ética própria e na qual é na análise daqueles que querem se tornar analistas que está o fundamento da formação, se complementando com a teoria e a supervisão. Freud afirmou a especificidade da formação em psicanálise e da sua prática, a colocando em um lugar peculiar dentro do campo de conhecimento, irreduzível a outra ciência, seja a medicina ou a psicologia.

Ainda que possamos reconhecer as contradições e consequentes limites que atingem o tripé, como Arouca e Kupermann apontam em seu artigo, esse é o caminho que temos que percorrer e é um instrumental poderoso que nos permite refletir sobre as atuais formações propostas pelo Brasil afora. Pois, desde a pandemia, além das graduações em curso, proliferaram a oferta de cursos que se apresentam como curso de formação, nos mais diversos formatos, feita por diferentes grupos, incluídos aí de religiosos até psicanalistas midiáticos. Em meio a este cenário complexo, me parece necessário manter constante a reflexão sobre o tripé, tensionando e aprofundando a discussão, de modo a fazer trabalhar suas contradições. Isso significa reafirmar o lugar da transferência como o elemento que sustenta o caminho singular de todo analista em formação, que traça suas escolhas e filiações, por onde se ancora o inconsciente e, desse modo, as questões que nos implicam no caminho formativo, seja ele feito dentro de instituições ou de forma independente. Nossa formação carrega nossa história, não independe dela, é nela que encontramos nosso manancial para escutar o sofrimento, esteja este onde estiver, na rua, nos diferentes territórios ou nos consultórios particulares.

A proliferação desses cursos suspeitos sempre esteve na atenção do Movimento Articulação, mas os bacharelados trouxeram outro grau de preocupação, pois, por meio desses, coloca-se no horizonte a regulamentação da psicanálise pelo Estado. Pois como será possível, por exemplo, que os milhares de estudantes formados exerçam a “profissão” de psicanalista sendo que a psicanálise não é reconhecida como profissão?

Renato Mezan, em entrevista recente para a *Revista Percurso*, revela sua convicção de que “cada época tem a sua tarefa histórica, em psicanálise ou em qualquer outra área” (2023, p. 95). Dessa forma, observando o que se passava com a psicanálise nos países em que foi regulamentada, um grupo de psicanalistas se juntaram e criaram um movimento que não tem par no mundo. Assim nasceu o Articulação, no ano 2000, como reação e resposta

a um projeto de lei que tramitava, na época, no Congresso Nacional, o qual definiria quais seriam as condições de formação e que consideraria qual e como um grupo poderia denominar-se como psicanalítico. Desde então, o Articulação se consolidou em torno de seu objetivo que é a luta contra a regulamentação da psicanálise no país.

Ao descreverem a atuação do Articulação, Arouca e Kupermann nos mostram que esse é um movimento específico da história da psicanálise no Brasil. É composto por diversas instituições, de diferentes escolas teórico-clínicas, que estão sediadas em todo país. Trata-se de uma composição que dá a ver a diversidade do pensamento psicanalítico contemporâneo em solo brasileiro. Destaco aqui a descrição dada pelos autores, que faz jus à essa experiência:

A pluralidade de instituições que compõem o Articulação pode, evidentemente, acarretar dificuldades para as discussões e os consensos. Porém, o Movimento testemunha a importância da vivência institucional, do convívio entre os pares, da regulação da interação de experiências, da construção de um espaço com certo controle crítico de todos por todos ao mesmo tempo que pode promover o confronto de critérios e preocupações. Esta possibilidade origina um sentido de comunidade e, ao mesmo tempo, faz da tradição genealógica algo pensado, transformado e simbolizado, ou seja, algo próprio que possibilita espaço para as singularidades, diferenças e possíveis “transgressões”.

Apesar das divergências em torno de como se pensa e se conduz o tripé da formação, as instituições seguem unidas pela ideia comum que é a não regulamentação da psicanálise, de onde quer que ela venha, mas principalmente pela via legislativa. Vale notar que, nesses 24 anos de atuação, foram várias as tentativas de regulamentação que transitaram no Congresso e, até agora, todas foram derrubadas pelas ações implementadas junto aos políticos, ao informá-los sobre a especificidade da psicanálise e a posição do Articulação contra a regulamentação desta pelo Estado.

O Articulação definiu alguns critérios que reconhecem as instituições que formam psicanalistas de maneira ética e dentro dos preceitos que Freud nos legou e enfrenta o desafio, constantemente lembrado por seus participantes, de não se institucionalizar e, principalmente, não se tornar uma agência reguladora. Do mesmo modo, não se aceita que nenhuma das instituições

participantes seja porta-voz de qualquer regulação. Nesse sentido, a posição do Articulador é sustentar um trabalho que una as diferentes instituições que são representativas da psicanálise brasileira, sem definir o que é a psicanálise ou quais instituições estariam autorizadas a formar psicanalistas.

A psicanálise tem um campo plural, como atesta sua história, cheia de exemplos de diferenças, rupturas e dissidências que acabaram por se desdobrar em formações de novas associações oriundas de associações tradicionais ou novos grupos independentes, que fizeram escolas teórico-clínicas. Dessa forma, a luta contra a regulamentação da psicanálise é importante porque, dentre outros fatores, resguarda a pluralidade inerente ao campo e a análise leiga.

O Estado não só não possui, evidentemente, os requisitos mínimos para definir a formação e a prática de analistas, como afirmam Arouca e Kupermann, mas principalmente é uma instância completamente exterior ao campo psicanalítico. Regulamentar via lei estatal é legislar de modo a ordenar, colocar regras para legalizar, para que se identifique quem é ou o que é psicanálise, unificando-a. Então, como será possível o Estado regulamentar um campo que tem sua ética, técnica, métodos definidos e praticados há mais de um século por psicanalistas de diferentes instituições, com diferentes abordagens teóricas e clínicas, com diferentes formações universitárias. Essa característica é marca da psicanálise, desde sua origem, no grupo que formou a Sociedade das Quarta-feiras, e se desdobrou na defesa de Freud da análise leiga. Como diz Ana Maria Sigal:

Cada formação implica um equilíbrio complexo que descansa no conhecimento do inconsciente e, na transferência, experiencia no transmissível que constitui redes pessoais que estão fora de toda regulamentação. Não há Estado, universidade ou instituição que seja capaz de sistematizar, organizar ou legislar, do exterior, as condições para que essa exigência se realize. (2009, p. 354)

Arouca e Kupermann descrevem também a importância de outros movimentos que acontecem hoje no país e que, podemos dizer, são frutos de uma psicanálise brasileira. Trata-se do crescimento, de alguns anos para cá, de coletivos clínicos que oferecem atendimento para populações periféricas e comunidades vulneráveis, com pouco ou nenhum acesso a cuidados psíquicos, excluídas dos consultórios particulares. São coletivos de clínicas

públicas, que se organizaram por todo território nacional, dos quais temos notícia através da coleção publicada pela editora n-1, a Coleção de Zines Clínicas de Borda. Como os autores nos lembram, a função social da psicanálise está inscrita desde seu início, prevista e desejada por Freud.

Essa questão nos leva a outro ponto, destacado no artigo, que é a elitização da psicanálise cujo contraponto tem sido feito pelos esforços de várias instituições para democratizar o acesso não só aos atendimentos clínicos, mas também ao tripé da formação do analista. É um conjunto de ações que ainda não são suficientes, é necessário ampliá-las, e aprofundar o debate, mas são iniciativas importantes que dialogam com as questões que nos afetam como sociedade, política e culturalmente. É interessante ainda observar que são instituições que participam do Movimento Articulação, assim como alguns de seus representantes também atuam nas Clínicas Públicas. Dessa forma, essa é uma discussão que permeia debates do Movimento, o que me parece importante para que ele próprio enfrente o desafio de não ser visto ou se tornar a elite das entidades da psicanálise brasileira.

As graduações que agora seguem – cujas propostas são bem distintas da psicanálise na universidade, como vimos no artigo – acabam por trazer, portanto, incertezas a esse campo plural e criativo. O que podemos fazer é, no mínimo, seguirmos atentos aos efeitos e desdobramentos que essa “formação” em massa certamente nos acarretará.

## Referências

- Freud, S. (2023). Posfácio a “A questão da análise leiga”. In S. Freud, *Fundamentos da Clínica Psicanalítica. Obras Incompletas de Sigmund Freud*. Autêntica. (Trabalho publicado em 1927).
- Mezan, R. (2023). Cada época, uma tarefa histórica. *Percurso*, 35(70), 81–106.  
Recuperado de <https://percurso.openjournalsolutions.com.br/index.php/ojs/article/view/1428>
- Sigal, A. M. (2009). *Escritos metapsicológicos e clínicos*. Casa do Psicólogo.

Ana Claudia Patitucci  
anapatitucci@hotmail.com

Recebido em: 30/9/2024

Aceito em: 30/9/2024